



52

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Habeas Corpus nº. 0009894-64.2014.8.17.0000 (0350681-6)

Impetrante/paciente: Pablo Henrique Pereira de Lima

Autoridade Coatora: Juiz de Direito da 3ª Vara dos Feitos Relativos a Entorpecentes da Comarca da Capital (Processo nº 0089337-95.2013.8.17.0001)

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

Relator: Des. Antonio Carlos Alves da Silva

Procurador de Justiça: Dr. Euclides Ribeiro de Moura Filho

EMENTA: Direito Constitucional, Penal e Processual Penal. *Habeas Corpus*. Paciente denunciado por tráfico de entorpecentes (art. 33, *caput* da Lei nº 11.343/06). Aduzida a ausência de indícios de autoria. Arguição de inexistência de fundamentação devida para o decreto preventivo, somada à presença de condições pessoais favoráveis. Alegação de excesso de prazo. Ordem denegada. Decisão unânime.

I - Incabível questionar-se a autoria do crime na estreita via deste *writ*. Não restou afastada inequivocamente a existência de justa causa para a propositura da ação penal que pudesse levar ao trancamento da ação.

II - Verifica-se a necessidade de manutenção da prisão preventiva para se garantir a ordem pública. Fundado receio de que, com a soltura, a atividade ilícita possa ser reiterada e cause danos à coletividade, sobretudo considerando-se a prática de tráfico ilícito de entorpecentes.

III - Consoante a Súmula nº 86 deste Tribunal, as condições pessoais favoráveis ao acusado, por si sós, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva, como no caso em comento.

IV - Fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo quando é encerrada a instrução criminal. Inteligência da Súmula nº 52 do Superior Tribunal de Justiça. Ademais, os prazos processuais na instrução criminal não são peremptórios, podendo ser ampliados dentro de parâmetros de razoabilidade e diante das circunstâncias do caso concreto.

V - Inexistência de constrangimento ilegal. Ordem denegada. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *habeas corpus* nº 0350681-6, em que figuram como partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de



53

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Pernambuco, em sessão realizada no dia 24/09/2014, à unanimidade, **em denegar a presente ordem**, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 24 de setembro de 2014.

Des. Antonio Carlos Alves da Silva
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Habeas Corpus nº. 0009894-64.2014.8.17.0000 (0350681-6)

Impetrante/paciente: Pablo Henrique Pereira de Lima

Autoridade Coatora: Juiz de Direito da 3ª Vara dos Feitos Relativos a Entorpecentes da Comarca da Capital (Processo nº 0089337-95.2013.8.17.0001)

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

Relator: Des. Antonio Carlos Alves da Silva

Procurador de Justiça: Dr. Euclides Ribeiro de Moura Filho

RELATÓRIO

Trata-se de *habeas corpus* liberatório, com pedido liminar, impetrado por **Pablo Henrique Pereira de Lima** em seu favor, apontando-se como autoridade coatora o Juiz de Direito da 3ª Vara dos Feitos Relativos a Entorpecentes da Comarca da Capital.

Relata o impetrante ter sido denunciado pela suposta prática do crime previsto no art. 33, *caput* da Lei nº 11.343/06.

Segundo a denúncia, o acusado foi preso em flagrante no dia 24 de outubro de 2013, encontrando-se preso preventivamente no Presídio ASP Marcelo Francisco de Araújo.

Sustenta ser mero usuário e jamais ter traficado entorpecentes. Aduz que se encontrava num certo local para adquirir droga, ao passo que o verdadeiro proprietário dos entorpecentes, negociou com policiais militares, tendo restado o ora paciente indevidamente como o responsável.

Assevera não haver embasamento legal para manutenção da prisão preventiva, pontuando que em nenhum momento tentou impedir a persecução penal e não representa ameaça à ordem pública. Destaca ser primário, possuir bons antecedentes, residência fixa e ocupação lícita.

Questiona também o fato da audiência de instrução e julgamento se realizar no dia 22 de julho deste ano, 08 (oito) meses após o fato, quando no período já deveria ter sido o feito julgado.

Com essas alegações, pede a concessão liminar e posteriormente definitiva de ordem de *habeas corpus* para o fim de se revogar a prisão preventiva.

Registrados, autuados e distribuídos, vieram conclusos os autos para apreciação do pedido liminar, o qual foi indeferido de acordo com a decisão de fls. 32/33, sendo solicitadas informações à autoridade impetrada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

A magistrada, através do ofício nº 2014.0558.002718 de fl. 42, informou que o paciente foi denunciado como incurso nas sanções do art. 33, *caput* da Lei nº 11.343/06.

Processado o feito e realizada a instrução, encontram-se os autos no Ministério Público para o oferecimento de alegações finais.

Instada a se manifestar, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. Euclydes Ribeiro de Moura Filho, apresentou parecer às fls. 47/48, opinando pela denegação da ordem.

É o relatório.

VOTO

Como exposto, o impetrante alega existir constrangimento ilegal, tendo em vista não ter praticado a conduta que lhe fora imputada. Defende não haver fundamento válido para a decretação da prisão preventiva, possuindo, inclusive, condições pessoais favoráveis. Além disso, pontua haver excesso de prazo no feito.

Pois bem.

Acerca da alegação de que o paciente não incorre na conduta do art. 33, *caput* da Lei nº 11.343/06, mas apenas seria usuário, cumpro-me pontuar que a análise de questões relativas à autoria e materialidade do crime demanda uma incursão aprofundada em matéria de prova. Tal providência mostra-se inadequada na via estreita deste *writ*, pois não se permite uma dilação probatória.

Matérias dessa natureza, relativas ao mérito, apenas podem ser ventiladas nos autos da ação penal, feito em que será oportunizado o exercício das garantias constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

Não se pode, nesta via, e nem há condições, por não terem sido acostados documentos para tanto, avaliarem-se quais os elementos apontados para constituir os indícios de autoria. *In casu*, não existe prova inequívoca da ausência de elementos que indiquem a vinculação do paciente com o crime de tráfico, basicamente o que se tem são as meras alegações na petição inicial.

A manutenção da custódia cautelar, por seu turno, impõe-se para garantir a ordem pública, haja vista a necessidade de acautelamento do meio social e da própria credibilidade da justiça que precisa responder às investidas delinquentes, como a em comento.

Nessa esteira, tenho que a manutenção da segregação cautelar é plenamente necessária por visar à garantia da ordem pública, requisito que, afiado à



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

prova do crime e aos indícios de autoria, inviabilizam a revogação da prisão preventiva.

Vislumbra-se, portanto, não apenas a presença dos pressupostos e requisitos fáticos do art. 312 do Código de Processo Penal, como também um dos requisitos instrumentais do art. 313, I do CPP, qual seja, prática de crime doloso punido com pena máxima superior a 04 (quatro) anos.

A nova sistemática deixa, sem dúvidas, a medida cautelar da prisão preventiva para casos de maior gravidade, cujas circunstâncias sejam indicativas de maior risco à efetividade do processo ou de reiteração criminosa, devendo em princípio ser evitada, mas ter lugar quando inadequadas outras medidas cautelares impostas.

Vale destacar que inexistente afronta ao princípio da presunção de inocência já que a própria Constituição Federal prevê a possibilidade de prisão cautelar, desde que necessária (CF, art. 5º, LXI), não constituindo cumprimento antecipado da pena, mas sim medida cautelar ante um juízo de necessidade.

Ressalto que eventuais condições pessoais favoráveis ao paciente, tais como, primariedade, bons antecedentes, residência fixa e ocupação lícita, não garantem a revogação da constrição cautelar, se existem motivos que recomendem a custódia.

Neste sentido, esse Tribunal de Justiça estabeleceu a seguinte súmula:

Súmula nº 86 do TJPE: “As condições pessoais favoráveis ao acusado, por si sós, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva”.

No que concerne ao excesso de prazo, de acordo com o pacífico magistério jurisprudencial da Corte Superior, aquele deve ser aferido dentro dos limites da razoabilidade, não se restringindo, portanto, à simples soma aritmética de prazos processuais.

Acerca do excesso de prazo, esta Corte editou a seguinte súmula:

“Súmula nº 084 do TJPE: “Os prazos processuais na instrução criminal não são peremptórios, podendo ser ampliados dentro de parâmetros de razoabilidade e diante das circunstâncias do caso concreto.”

Especificamente quanto ao caso em apreço, também não há que se falar em excesso de prazo, pois se encerrou a instrução criminal, tendo sido os autos devolvidos, conforme consulta ao Sistema Judwin, após apresentação de alegações finais pelo Parquet.



ST

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Assim sendo, encontra-se superada tal alegação. Este entendimento, inclusive, foi sumulado no Superior Tribunal de Justiça, vejamos:

Súmula nº 52 do STJ: “Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo.”

Não há, portanto, patente constrangimento ilegal a ser sanado por esta via.

Em face do exposto, em consonância com o judicioso parecer ministerial, voto pela **denegação** da presente ordem.

É como voto.

Recife, 24 de setembro de 2014.

Des. Antonio Carlos Alves da Silva
Relator